

Público	Periodicidade:	Diário	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	260 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	75000	Página (s):	12
13-01-2007				

Desvergonha

Será que Amado está à espera da votação em plenário para se demitir com guia de marcha do Parlamento Europeu?

país aguarda a demissão do ministro dos Negócios Estrangeiros, na sequência e em coerência com as suas próprias garantias de que o faria, se fossem apresentadas provas do envolvimento do Estado português nos voos da CIA que transportaram alegados presos ilegais e eventuais vítimas de tortura. Quando as provas desse envolvimento estão já integradas nas emendas ao relatório provisório, que deverá ser votado dia 23, pela comissão de inquérito a este caso constituída no seio do Parlamento Europeu – e que irá a plenário, em Estrasburgo, a 15 de Fevereiro –, não há muito mais espaço para Luís Amado explicar o que quer que seja antes de, primeiro, se demitir.

Para mais, quando Amado foi ministro da Defesa antes de ser ministro dos Negócios

Estrangeiros e durante um período que, segundo as próprias emendas ao relatório, se realizaram voos com passagem em território português. Será que Amado está à espera da votação em plenário para se demitir com guia de marcha do Parlamento Europeu? Até porque, se a pressão política dos partidos pode fazer com que as emendas fiquem de fora do texto final, a verdade é que elas existem já oficialmente como emendas.

As mesmas emendas tratam de criticar o Governo português pela falta de colaboração com as investigações do PE e criticam também Durão Barroso, afirmando que o então primeiro-ministro de Portugal estava a par. Resta saber que consequências dos seus actos vão ser exigidas ao actual presidente da Comissão Europeia e anterior mordomo da

Cimeira das Lajes.

Este relatório – as suas alegações, as suas emendas e as suas conclusões – é uma vergonha para a democracia portuguesa a vários níveis. Pela convivência e participação do Governo Barroso-Portas (é bom não esquecermos que o ministro da Defesa era Paulo Portas) neste horroroso atentado aos direitos humanos e ao Estado de direito democrático. Mas também pela forma reles e mentirosa como o actual Governo lidou com a situação. A mentira acerca do conhecimento de provas – numa altura em que a lista da NAV, com o registo de quase uma centena de voos da CIA em Portugal, era do domínio público, estava no Parlamento Europeu e só o Governo insistia em dizer que não existia – é indecorosa.

A convergência e a convivência entre o Go-

SÃO JOSÉ ALMEIDA

verno e as direcções do PS, do PSD e do CDS, evidenciada, mais uma vez, esta semana, a propósito do chumbo da comissão de inquérito no Parlamento português, proposta pelo PCP, é um sinal claro da promiscuidade e da corrupção ética que assola a democracia portuguesa.

A tentativa de branqueamento das responsabilidades políticas dos seus correligionários chega a ser uma demonstração salaio de burrice. Não sei se as direcções de alguns partidos acham que os portugueses são parvos ou se estão eles mesmo reduzidos à debilidade mental daqueles a quem o poder sobe à cabeça e tolda o raciocínio. Mas é difícil, senão impossível, de compreender como é possível o PS, o PSD e o CDS dizerem que não há provas de nada, quando estas estão já na posse de uma instituição como o Parlamento Europeu.

Isto para não falar da pérola de machismo cavernícola (se Ana Gomes não fosse uma mulher, o tom seria seguramente diferente), misturado com boçalidade ignorante e arrogância antidemocrática, que transparece das declarações do dirigente do PS José Lello sobre o papel de Ana Gomes na investigação. Como José Lello muito bem sabe, mas a sua devoção aparelhística e a sua atitude de defensor dos interesses do Bloco Central não lhe permitem assumir, Ana Gomes não é nenhuma louca, não é nenhuma “mulherzinha histórica” que anda a difamar governantes. Ana Gomes é uma deputada do PE, eleita democraticamente, que legitimamente actuou com o mandato em que está investida e no âmbito de uma comissão

de inquérito do PE, que integra. Mais precisamente: Ana Gomes não fez mais do que a sua obrigação. Foi deputada em nome do povo que a elegeram e dos ideais democráticos de defesa dos direitos humanos, de justiça e de transparência que são constitutivos da União Europeia.

Aliás, o tom idiota com que, em Portugal, alguns dirigentes políticos quiseram reduzir este problema a “maluquices” da deputada Ana Gomes, quando se trata de uma investigação do Parlamento Europeu sobre a eventual violação das bases da democracia no espaço da própria União Europeia, demonstra como os políticos portugueses se acham donos do país e tomam os cidadãos por um bando de tolos. E logo numa questão que, mais tarde ou mais cedo, iria cair em cima dos governos portugueses, nem que seja quando os EUA começassem a soltar informação e a abrir os arquivos.

Salva-se a inteligência de Vera Jardim que, no meio da desvergonha generalizada, lá disse que cabe ao Ministério Público investigar as provas que estão já na posse do Parlamento Europeu. Espera-se que Pinto Monteiro aja em conformidade democrática com o papel em que está investido como procurador.

2. As decisões da ministra da Educação declaradas ilegais ou anuladas pelos tribunais parecem ser como as cerejas: o problema é começar... O seu mandato começa a assemelhar-se a uma cascata de actos ilegais e arbitrariedades a que os tribunais têm de pôr cobro.

Desde a repetição de exames até ao pagamento como horas extraordinárias das aulas de substituição, passando pela implosão da ordem de regresso às escolas de origem dada a meio do ano lectivo aos professores destacados por razões de saúde, não há medida, no voluntarismo da ministra, que não esbarre ou não exceda as fronteiras da legalidade.

É evidente que no Ministério da Educação há um gabinete jurídico que tem obrigação de assessorar a ministra e de lhe dizer quando as suas vontades não são compagináveis com a lei, em vez de fazerem pareceres martelados em que manipulam a legalidade para agradar as chefias e ao poder. Mas a responsabilidade política é da ministra e dos seus secretários de Estado. E a ideia que transparece do Ministério da Educação, neste momento, é de que é ocupado por uma equipa que age fora da lei.

3. A credibilidade dos eleitos perante os cidadãos é um factor vital da legitimidade das democracias e da sua saúde e bom funcionamento. E, para que as democracias sejam credíveis, os agentes políticos têm de actuar dentro das regras democráticas e da legalidade e não mentirem aos eleitores. Ora, na última semana, o Governo português apareceu publicamente como tendo faltado à verdade e à lei. ■

P.S. – Luís Monterroso foi condenado a pena suspensa depois de 17 anos de processo em tribunal. Querem melhor retrato do combate à corrupção em Portugal?

